

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE PESSOAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE PESSOAS

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA
RESUMO
Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 3 GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES
AULA 4 PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO
AULA 5 O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
AULA 6 DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012.
- ALEXY, R. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA):
NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- ARVATE, P.; BIDERMAN, C. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BRAGA, R.; CARVALHO, J. Lei n. 8.112/90 Esquematizada. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009. (Série Concursos).
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

TOMADA DE DECISÃO FOCADA EM GESTÃO DE PESSOAS

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
FATOR HUMANO
HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS
PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2
CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS
GESTÃO DE TALENTOS
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO
RECOMPENSAR E DESENVOLVER
MANTER E AVALIAR

AULA 4

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL
GESTÃO DE COMPETÊNCIA
GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING

AULA 6

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- CLAD – Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento. Carta Iberoamericana de la Función Pública. V Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. Santa Cruz, Bolivia, 26 y 27 de junio de 2003.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Esta disciplina tem a finalidade de discutir as transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas que trouxeram as principais características do que entendemos hoje por sociedade em rede, na qual a presença das ferramentas de tecnologias da informação e comunicação (TICs) é um fator que tem proporcionado mudanças significativas na forma como as empresas realizam seus negócios e em como profissionais desempenham seu trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA SOBRE A SOCIEDADE
AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)
TRANSFORMAÇÕES NOS AMBIENTES PROFISSIONAIS A PARTIR DO USO DAS
TICS

AS TICS NO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DE ASSESSORIA EXECUTIVA

AULA 2

FUNÇÕES DA ASSESSORIA
CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES PARA PROFISSIONAIS DE
ASSESSORIA
DOMÍNIO DE FERRAMENTAS DE TICS
FERRAMENTAS DE TICS A FAVOR DA ASSESSORIA EXECUTIVA

AULA 3

CRIANDO DOCUMENTOS DIGITAIS
COMPUTAÇÃO EM NUVEM
COMPARTILHAMENTO DE DADOS ONLINE
SOFTWARES PARA ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

AULA 4

COMUNICAÇÃO MEDIADA PELAS FERRAMENTAS DE TICS
COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM NA ERA DA INTERNET
AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO
FERRAMENTAS DE TICS A FAVOR DA ASSESSORIA EXECUTIVA

AULA 5

ORGANIZAÇÃO DA AGENDA E DE REUNIÕES
CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES
PRODUÇÃO DE IMAGENS NO CANVA
WHATSAPP BUSINESS

AULA 6

PESQUISAS E ENQUETES ON-LINE E COLETA DE DADOS
AGENDAMENTO E RESERVA DE HOSPEDAGEM PARA VIAGENS
PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DIGITAL
ASSESSORIA HUMANIZADA

BIBLIOGRAFIAS

- ANTONIO JUNIOR, W. Educação, tecnologias e cultura digital. Bauru: Edição do Autor, 2015.
- CAIÇARA JUNIOR, C. Sistemas integrados de Gestão ERP: uma abordagem gerencial. 4 ed. Curitiba: Ibplex, 2011.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. A ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DISCIPLINA:

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –
CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA
O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA
A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA
A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS
A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011
A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

RESUMO

Para entendermos como as obras públicas funcionam e se organizam dentro da gestão urbana, é preciso perceber o espaço físico e estrutural envolvidos nesse processo. Ao longo dos anos, o mundo apresentou transformações que influenciaram a paisagem urbana e a gestão de obras públicas, como a era da globalização no final do século XX, quando a economia se tornou mais ampla e as fronteiras entre Estados e nações diminuíram geograficamente o território político e econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

QUESTÕES HISTÓRICAS RELACIONADAS À GESTÃO URBANA
POLÍTICAS EFICIENTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
O EXERCÍCIO DA CIDADANIA
MALHA VIÁRIA E EQUIPAMENTOS URBANOS
ÓRGÃOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

AULA 2

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
GESTÃO DO CONHECIMENTO
A GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTABELECIDADA POR DIMENSÕES, SEGUNDO
TERRA (2001)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
PLANO DE GOVERNO

AULA 3

DEFINIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS
FASES PRELIMINARES DAS OBRAS PÚBLICAS
DEFINIÇÃO DE METAS E PRIORIDADES DAS OBRAS PÚBLICAS
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE OBRAS PÚBLICAS

AULA 4

DEFINIÇÃO DE LICITAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
FASES DA LICITAÇÃO
HABILITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AULA 5

O CONTROLE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO
PODER PÚBLICO

SOCIEDADE CIVIL
MOVIMENTOS SOCIAIS

AULA 6

GESTÃO TERRITORIAL PARTICIPATIVA
DESCENTRALIZAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO POR MEIO DAS REDES
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA
ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DECISIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BONATTO, H. Critérios éticos para a construção de edifícios sustentáveis. Curitiba: Negócios Públicos, 2015.
- CASTTELS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LOPES, R. A cidade internacional: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Conhecimento; aprendizagem; andragogia; capital intelectual; desenvolvimento organizacional; desenvolvimento organizacional e de pessoas. Aprofundar os conceitos de treinamento e desenvolvimento e abordar a realização de diagnósticos de treinamento e desenvolvimento, a estruturação dos programas de treinamento e desenvolvimento e a logística para a organização desses programas. Execução de treinamento e desenvolvimento e os métodos utilizados, e-learning e treinamentos de integração. Importância da avaliação dos programas de treinamento e desenvolvimento e os tipos de avaliação (avaliação de reação; avaliação de aprendizagem; avaliação da aplicação do conhecimento ao trabalho e avaliação do retorno do investimento). Treinamento e desenvolvimento por competências; desenvolvimento de equipes; desenvolvimento de liderança; educação corporativa e universidade corporativa. Desenvolvimento de carreira; planos de sucessão; coaching; Indicadores de treinamento e desenvolvimento; tendências em treinamento e desenvolvimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM
ANDRAGOGIA
CAPITAL INTELECTUAL
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E DE PESSOAS

AULA 2

DEFINIÇÕES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO
DEFINIÇÃO DO PLANO E DO PROGRAMA DE TREINAMENTO
LOGÍSTICA PARA A ORGANIZAÇÃO DE TREINAMENTOS

AULA 3

EXECUÇÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
MÉTODOS NO CARGO (ON THE JOB)
MÉTODOS FORA DO CARGO

E-LEARNING

TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO

AULA 4

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO DE REAÇÃO
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS AO TRABALHO
AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

AULA 5

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO POR COMPETÊNCIAS
DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA
DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES
EDUCAÇÃO CORPORATIVA
UNIVERSIDADE CORPORATIVA

AULA 6

DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS
PLANOS DE SUCESSÃO
COACHING
INDICADORES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
TENDÊNCIAS EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CORDEIRO, L. L. Desenvolvimento organizacional e o sucesso da empresa. Administradores, 14 ago. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/desenvolvimentoorganizacional-e-o-sucesso-da-empresa/78980>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- FREIRE, D. A. L. Treinamento e Desenvolvimento em Recursos Humanos: encenando e efetivando resultados. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ACCOUNTABILITY
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA
ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

ACCOUNTABILITY VERTICAL
ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY
PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)
KPIs DE ACCOUNTABILITY
CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY
PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- ALPERSTEDT, H. D. Os 5 princípios da administração pública! Politize!, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-administracao-publica/> Acesso em: 16 set. 2021.
- ALVES, E. B. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO
A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS AULA 2 OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES? A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES AULA 3 BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DESENVOLVIMENTO HUMANO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE AULA 4 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES AULA 5 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA
CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

PODER JUDICIÁRIO
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
MINISTÉRIO PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE PÚBLICA

RESUMO

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2

REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS
ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3

INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO
RECEITA PÚBLICA
DESPESA PÚBLICA
ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4

ESTRUTURA DO PCASP
NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5

COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- COELHO, C. U.; LINS, L. dos S. Teoria da contabilidade: abordagem contextual histórica e gerencial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FEIJÓ, P. H. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.
- NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal: LC 101 de 4 de maio de 2000. Revista Jurídica da Presidência, v. 3, n. 24, 2001.

DISCIPLINA:

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS

RESUMO

No mundo atual, a competitividade e a mutabilidade do mercado têm lançado as organizações em um ambiente de concorrência no qual resultados é sinônimo de sucesso. Uma das mais importantes chaves para alcançar esse sucesso são os colaboradores da organização, fontes de percepção, criatividade e inteligência. Por isso, mais do que nunca, hoje, identificar e selecionar talentos são tarefas decisivas para o êxito empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VISÃO HISTÓRICA SOBRE O TRABALHO
TRABALHO, OCUPAÇÃO E EMPREGO
O SER HUMANO E O TRABALHO
O MERCADO DE TRABALHO
EMPREGABILIDADE

AULA 2

MOVIMENTAÇÃO E PLANEJAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL
RECRUTAMENTO DE PESSOAL
TIPOS DE RECRUTAMENTO
FONTES DE RECRUTAMENTO
ETAPAS DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO

AULA 3

SELEÇÃO DE PESSOAL
ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO
FERRAMENTAS DE SELEÇÃO
ENTREVISTA DE SELEÇÃO
DINÂMICAS DE GRUPO

AULA 4

SELEÇÃO POR COMPETÊNCIAS
NOÇÕES SOBRE COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS, INDIVIDUAIS E FUNCIONAIS
ENTREVISTA POR COMPETÊNCIAS
DINÂMICA DE GRUPO

AULA 5

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
TRÂMITES LEGAIS DA CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE TRABALHO
EXAMES ADMISSIONAIS

AULA 6

CULTURA ORGANIZACIONAL
INTEGRAÇÃO DO NOVO COLABORADOR
AVALIAÇÃO DO PERÍODO DE EXPERIÊNCIA
ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO
PROCESSOS DE RECOLOCAÇÃO (OUTPLACEMENT)

BIBLIOGRAFIAS

- BURRUS, D. O futuro como um bom negócio: como as percepções certas sobre o futuro determinam oportunidades únicas de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CASSAR, V. B. Direito do trabalho. 4. ed. Niterói: Impetus, 2010.
- JORGE NETO, F. F. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.